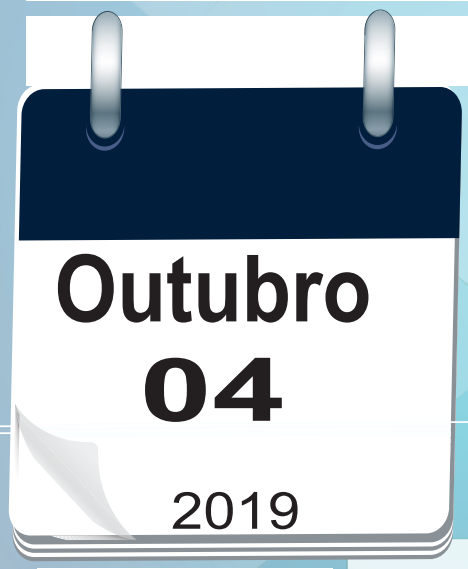
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (04/10)

Casa aprova lei que inclui Detran em conta Única do Tesouro

ASSEMBLEIA Projeto atende determinação do TCE-GO; no texto, governo justifica que objetivo é dar maior transparência e operacionalização às contas do órgão

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda e última fase de votação, o projeto de lei que inclui o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) na Conta Única do Tesouro Estadual (Cute), que substituiu a chamada Conta Centralizadora. Ela concentra todos os recursos do Tesouro, de autarquias, fundações públicas e Fundos Especiais da administração pública estadual.

O projeto foi elaborado a partir de uma determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), em acórdão publicado em maio deste ano. Na ocasião, o tribunal aprovou por unanimidade relatório do conselheiro Kennedy Trindade que também emitia uma série de outras recomendações às secretárias de Fazenda (hoje, Economia) e Gestão e Planejamento (que virou Administração); aos presidentes dos tribunais de Justiça (TJ) e de Contas dos Municípios (TCM) e da Assembleia Legislativa, além dos chefes dos poderes e órgãos autônomos do Estado.

Segundo a justificativa enviada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) à Assembleia, reiterados alertas sobre a Conta Única foram feitos nos últimos anos e o objetivo com a adoção da medida é dar mais transparência e operacionalização às contas do Detran.

Ao POPULAR, o líder do Governo na Assembleia, deputado Bruno Peixoto (MDB), afirmou que, administrativamente, o projeto pode trazer avanços para o Estado. "É uma boa matéria, porque facilita até mesmo para a prestação de contas da secretária (de Economia, Cristiane Schmidt). Falando do ponto de vista de gestão, mostra que o governo busca atender as recomendações, demonstrando respeito e acertando nas ações."

> *"Do ponto de vista de gestão, mostra que o governo busca atender as recomendações do TCE, demonstrando respeito e acertando nas ações"*
>
> **Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo na Assembleia**

CONTA ÚNICA

A Conta Única de Goiás foi instituída em 2017 e segue modelo adotado pelo governo federal desde 1998. Ela foi criada para atender determinações do TCE a respeito das contas de 2015. Na época, o Estado contratou uma consultoria para operacionalizar a migração e consolidar a Conta Única do Tesouro Estadual, mas não extinguiu totalmente a Conta Centralizadora, o que também gerou acórdão fixando prazo para a execução da medida.

Os alertas a respeito da Conta Centralizadora, aliás, fundamentaram parte do relatório do conselheiro Saulo Mesquita, que resultou na rejeição do balanço de 2018 dos ex-governadores Marconi Perillo e José Eliton, do PSDB, em junho. Na época, Saulo destacou que o déficit que existia na Conta vinha sendo "objeto de consideração na análise de contas desde 2011". "Inclusive, foi objeto de ressalva nos pareceres prévios de 2014, 2016 e 2017", lembrou.

Atualmente, os governadores aguardam que o TJ se manifeste quanto a pedido de suspensão da sessão em que foi determinada a rejeição, quando, alega a defesa dos tucanos, eles não tiveram a oportunidade de apresentar suas defesas.



Bruno Peixoto, líder do Governo na Assembleia: facilidade na prestação de contas

Oitiva de Mabel em CPI depende de aprovação de requerimento

Depois de o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, brincar que faria "greve de fome" na porta da Assembleia Legislativa para ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais, o deputado estadual Coronel Adailton (Progressista) elaborou requerimento para que ele possa dar seu depoimento. O documento, contudo, ainda não foi apreciado pelo colegiado. Segundo Adailton, ele pretendia colocar o requerimento em votação na última sessão da CPI, na segunda-feira (30), mas, percebendo que não teria apoio necessário, recuou. "Foi baixando o quórum, vi que não obteria êxito. Para não ser voto vencido, retirei o requerimento e vou apresentar de novo na segunda-feira (7)."

Perguntado se, na segunda-feira, seria possível conseguir apoio ao requerimento, o deputado avaliou que sim, "a depender dos deputados que estiverem presentes" – são titulares Álvaro Guimarães (DEM), Vinicius Cirqueira (Pros), Humberto Aidar (MDB), Major Araújo (PSL) e Talles Barreto (PSDB). O parlamentar do Progressista é suplente da CPI. Ao justificar o requerimento, Adailton afirmou que Mabel deve ser ouvido porque "agrega todo o setor produtivo em torno de si", ecoando as justificativas que o próprio presidente da Fieg vem apresentando para pedir uma oitiva na CPI. "Na função que ele exerce, é o principal representante hoje do setor produtivo goiano e penso que tinha que ter sido ouvido, inclusive no começo dos trabalhos", defendeu o deputado ao POPULAR.

O POPULAR (04/10)

Ipasgo terá primeira clínica para mulheres e crianças

SAÚDE Centro médico em Aparecida de Goiânia oferecerá atendimento 24 horas de urgência e emergência pediátricas. Intuito é levar modelo para outras cidades, diz presidente

Carol Almeida
carol.almeida@opopular.com.br

O Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) terá em funcionamento uma unidade voltada para o atendimento de mulheres e crianças usuárias do plano de saúde a partir de amanhã. Instalada no Setor Serra Dourada III, em Aparecida de Goiânia, na região metropolitana da capital, ela será a primeira sob o modelo Ipasgo Clínicas no Estado e deve contar com atendimento de urgência e emergência 24 horas na área pediátrica. O intuito, segundo o Ipasgo, é descentralizar os atendimentos da rede e atender às demandas locais.

No centro médico, que será inaugurado às 9 horas, atenderão profissionais de quatro especialidades voltadas para o referido público-alvo. São elas: pediatria, clínica médica, ginecologia e mastologia. Além dos atendimentos ambulatoriais, exames voltados para a saúde da mulher, como mamografia e ultrassonografia, dentre outros, serão realizados na própria unidade, como explica o presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes. "A ideia é que tudo seja resolvido na própria unidade", afirma.

Fernandes explica que, para definir as especialidades que serão direcionadas para a Ipasgo Clínicas, o Instituto buscou identificar as áreas de maior demanda e menor oferta existentes atualmente. "Estamos procurando sanar essas deficiências."

No atendimento de urgência e emergência na pediatria, que será 24 horas, atuarão 53 médicos, que se alternarão em regime de plantão. A expectativa do Ipasgo é de que a unidade alcance cerca de 1 mil atendimentos durante o primeiro mês de funcionamento, incluindo os ambulatoriais.

Segundo Fernandes, trata-se de uma mudança de perfil no atendimento do Ipasgo. O intuito, segundo explica, é iniciar a implantação da atenção primária de saúde na rede e estimular atendimentos de prevenção. "Queremos deixar de ser procurados apenas na hora em que o paciente está doente e passar a promover saúde, trabalhando com prevenção", explica.

A experiência com a unidade de Aparecida de Goiânia será a primeira. Há a intenção de, no futuro, replicar os resultados obtidos para outros municípios do Estado. "A ideia é descentralizar o serviço, tirando (a concentração) de Goiânia e levando para lugares mais distantes. A primeira unidade terá os testes necessários para melhorar a dinâmica e replicar em todo o Estado, de acordo com as demandas de cada local", esclarece Fernandes.

O destino da expansão ainda está em estudo, de acordo com o presidente do Ipasgo, mas já foi identificada a carência existente na Região Norte de Goiás e no Entorno do Distrito Federal. "A prioridade é ir para lugares que têm menos assistência", resume o secretário.



Sede do Ipasgo, que lança modelo para descentralizar atendimentos

Pronto atendimento para mulheres e crianças

Unidade da Ipasgo Clínicas no Setor Serra Dourada III, em Aparecida de Goiânia, será a primeira voltada para usuários do plano de saúde em novo perfil. Veja detalhes:

Especialidades

Pediatria
Clínica médica
Ginecologia
Mastologia

Tipos de exames

Laboratoriais
Ultrassonografia
Raio-x
Mamografia

Estrutura física

Farmácia
Sala de triagem
Sala de reanimação/estabilização
Posto de enfermagem
Sala de sutura
Sala de mamografia
Sala de ultrassom
Sala de raio-x
Três consultórios

Área total: 541 m²

Profissionais de saúde

- **53** pediatras (atendimento será em escalas de plantões)
- **3** ginecologistas
- **1** mastologista
- **1** clínico geral
- **1** angiologista
- **1** radiologista
- **8** técnicos de enfermagem
- **5** enfermeiros

Onde Avenida Independência, Qd. 08, Lt. 03, Setor Serra Dourada III, Aparecida de Goiânia (GO)

O POPULAR (04/10)

GOIÁS

Instituto Haver desiste de seleção para gerir o Hugo

O Instituto Haver, organização social (OS) que faz a gestão do Hospital Estadual de Urgências de Goiânia – Dr Waldemiro Cruz (Hugo), encaminhou nota à imprensa ontem (3) informando a desistência em participar do Processo de Chamamento nº 02/2019, que visa a escolha da nova OS para administrar a unidade.

"A decisão foi motivada pela insegurança jurídica gerada em razão dos constantes atos administrativos que alteraram situações já estabelecidas na condução do referido processo de transição, trazendo dúvidas quanto à imparcialidade e impessoalidade do certame", diz a nota do instituto.

Na semana passada, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) suspendeu a transição da gestão do Hugo do Instituto Haver para o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), escolhida no processo seletivo, e "reabriu prazo para recursos no processo de chamamento e desclassificação de OS que não havia alcançado nota mínima no certame".

INTERRUPÇÃO

O processo seletivo de escolha do INTS para gerir a unidade chegou a ser suspenso por uma liminar da Justiça, mas uma nova decisão cancelou essa paralisação no dia 6 de setembro.

Atualmente, o contrato com o Instituto Haver está em vigor por um aditivo que teve início no último dia 1º e tem prazo de 60 dias. Na nota encaminhada ontem, a OS também diz que informou a SES-GO que não tem interesse em eventual nova prorrogação de contrato.

"O Instituto Haver aceitou a terceira prorrogação do referido contrato de gestão, mesmo sem interesse em qualquer outra prorrogação, com o intuito de garantir a segurança na transição para os colaboradores, evitando a descontinuidade administrativa e possíveis prejuízos aos mesmos. A preocupação do instituto é dar o máximo de segurança e transparência para os colaboradores durante o processo de transferência de gestão", afirma a nota.

A reportagem procurou a SES-GO para posicionamento sobre o caso, mas esta não se manifestou até o fechamento da matéria. (Larissa Quixabeira)

André Costa



Fachada do Hospital de Urgências de Goiânia, alvo de concorrência

OPÇÃO (02/09)

LOA 2020

Com ação no STF sobre funcionários irregulares, folha de pagamento do TJ-GO é a que mais cresce no Estado

04/10/2019 07:30 ··· Por Elisama Ximenes ···

Projeção é de aumento de 24,24% no gasto com pessoal. Do total do crescimento da folha dos Poderes, o aumento da despesa do TJ-GO corresponde a 84%



| Foto: TJ-GO

OPÇÃO (02/09)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 chegou à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta semana e, nela, a discriminação do crescimento das despesas com folha de pagamento divididas por Poder/Órgão. Conforme apurado pelo **Jornal Opção**, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) é o que mais terá aumento nos gastos com pessoal em 2020 — com crescimento de 24,24%.

Enquanto isso, é sabido que o órgão aguarda conclusão de um **Mandado de Segurança (MS) no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre funcionários irregulares que atuam no tribunal**. Uma ação, inciada em 2007, com uma representação do Ministério Público de Goiás (MP-GO), motivou uma decisão do CNJ para que fossem exonerados servidores da Casa que foram nomeados sem concurso público.

Relacionados



Após 12 anos, STF julga novamente ordem para demissão de funcionários não concursados do TJ-GO

Entretanto a determinação ainda não foi cumprida, pois funcionários atingidos pela ordem do CNJ entraram com o Mandado de Segurança no STF para recorrer. Porém, passados 12 anos, o MS ainda é discutido na Corte. Estava previsto um julgamento para segunda-feira. 1º, mas não houve tempo para a discussão e não há nova data prevista.

O que significa que o TJ-GO continua com esses funcionários atuantes e, ainda, tem previsão para aumentar a despesa com folha de pagamento em 2020 em 24,24%. De acordo com a LOA, o gasto total com folha de pagamento previsto para 2019 pelo órgão é de aproximadamente R$ 1,4 bilhão — o maior valor se comparado com a Assembleia legislativa de Goiás (R$ 339.958.505), Tribunal de Contas do Estado (R$ 218.759.516), Tribunal de Contas dos Municípios (R$ 112.325.824), Ministério Público (R$ 599.272.826) e Defensoria Pública (R$ 65.230.000).

Mesmo assim, a previsão é que esse gasto passe para aproximadamente R$ 1,75 bilhão em 2020. Ou seja, um impacto de pouco mais de R$ 340 milhões na folha. A nível de comparação, o crescimento total da folha dos poderes e órgãos é de R$ 406.152.453. Isto é, o aumento da despesa com pessoal do TJ-GO corresponde a 84% do aumento total desse gasto no Estado.

O Jornal Opção entrou em contato com o órgão, que se resumiu a dizer que não comentaria, pois o Mandado de Segurança (MS) do STF está em curso. "A ação ainda está em curso no STF. Até lá, não nos manifestaremos sobre o assunto", escreveram.

OPÇÃO (03/09)

LOA 2020

Déficit previdenciário de Goiás para o ano que vem é de R$ 2,82 bilhões

03/10/2019 19:17 ··· Por Eduardo Pinheiro ···

Dos R$ 32,9 bilhões de despesa projetada para 2020, R$ 18,6 bilhões são com folha

Goiás projeta um déficit previdenciário de R$ 2,82 bilhões para 2020. Conforme dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a receita previdenciária para o próximo ano é de R$ 3,46 bilhões. No entanto, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) apresenta R$ 4,79 bilhões e a previdência Regime Próprio de Previdência dos Militares (RPPM) R$ 1,51 bilhão, gerando o déficit.

O montante gasto somente com a previdência dos servidores será de 24,9% do total gasto com folha, enquanto a previdência militar consumirá 7,8% do total gasto com folha. Dos R$ 32,9 bilhões de despesa, levantadas no Projeto de Lei Orçamentária, R$ 18,6 bilhões são com folha de pagamento e encargos sociais. O que representa 58,7% da despesa total.

Relacionados



Goiás trabalha em marcos normativos para amenizar os impactos previdenciários no Estado

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, já disse ao Jornal Opção que se não houver mudanças no sistema previdenciário em Goiás, o déficit em dez anos será de R$ 6 bilhões. O que, segundo ela, seria completamente incompatível com o crescimento esperado da receita do Estado.

Então há uma necessidade de uma reforma da previdência que pelo menos amortize o impacto da folha dos inativos. A secretária prevê, com a reforma, que o déficit para uma década caia para R$ 4,2 bilhões. Em 2018 o déficit foi de R$ 2,4 bi.

"É imprescindível fazermos uma reforma estadual, pensando no longo prazo, se não, o governo quebra. Isso não significa que o déficit termina ou diminua, mas precisamos fazer o nosso dever de casa para amenizá-lo sabendo que, ainda assim, isso poderá não ser suficiente no futuro", diz.

A receita total para o Estado projetada pela Lei Orçamentária é de R$ 29,3 bilhões, enquanto a despesa para o ano que vem seria de R$ 32,9 bi, gerando o déficit total de R$ 3,59 bilhões.

A Lei Orçamentária Anual foi protocolada pelo governo na Assembleia na quarta-feira, 2, e tem que votada antes do início do recesso parlamentar, previsto para começar em 15 de dezembro.

OPÇÃO (03/09)

Educação

Governo de Goiás destina R$ 13 milhões para transporte escolar

03/10/2019 18:35 ··· Por Elisama Ximenes ···

Gestão havia recebido dívida de cinco parcelas atrasadas do repasse para os municípios e tem quitado. Além disso, a frota está sendo renovada



Nesta quinta-feira, 3, as prefeituras do Estado de Goiás receberam o sétimo repasse do transporte escolar, no valor de R$ 10,4 milhões. Além disso, os municípios receberam, no dia 27 de setembro, uma parcela no valor de R$ 2,9 milhões, totalizando R$ 13 milhões para despesas com transporte escolar.

No total, o transporte escolar atende atualmente 61.741 estudantes em todo o Estado, sendo 56.720 alunos por meio de parcerias firmadas com as prefeituras e 21 de forma terceirizada. A atual gestão recebeu cinco parcelas do transporte escolar, referentes a 2018, em atraso, que não foram quitadas pela gestão anterior. Uma já foi paga no início de fevereiro deste ano, no valor de R$ 10.356.700,00. As demais estão sendo negociadas diretamente com os municípios. O valor total da dívida deixada em aberto pelo governo anterior foi de R$ 51.979,997,00.

Além disso, o Governo do Estado renovou a frota de veículos que estava sucateada. Foram entregues 73 novos ônibus para as prefeituras, adquiridos por meio de emendas parlamentares da bancada federal do Estado.

No dia 18 de março, em uma solenidade realizada na Goiás Caminhões, o governador e a secretária de Educação, Fátima Gaviolli, novamente fizeram a entrega de 68 novos veículos para 56 municípios do interior. Na oportunidade, o governador fez questão de frisar que o repasse dos ônibus fazia parte de sua política de valorização da educação goiana.

Com a liberação desses novos veículos, o Governo de Goiás chegou à marca de 151 veículos entregues em 2019. A entrega mais recente foi de um veículo, no dia 21 de agosto, para os alunos da rede pública de Itumbiara.

No dia 21 de outubro serão entregues mais 214 ônibus escolares, quando 133 cidades goianas terão sua frota renovada. Esses veículos também foram adquiridos através de emendas parlamentares da bancada goiana no congresso e contam com uma contrapartida do governo estadual.

(Com informações do Governo do Estado)